

Quem não deve não teme:

Você sabia que a Constituição Federal do Brasil no Art.31 §3º determina que a Prefeitura e a Câmara Municipal são obrigados a disponibilizar anualmente para exame e apreciação, durante sessenta dias, todas as contas públicas do ano anterior para que sejam fiscalizadas por qualquer contribuinte? Segundo a legislação, todos nós temos o direito de acessar os documentos que indicam como vem sendo investido o dinheiro do município. Afinal o dinheiro gerido pelo Executivo Municipal e pela Câmara Municipal é nosso, pago através de impostos, taxas e contribuições. **Para isso, Prefeitura e Câmara tem que reservar um local para que todos os processos de pagamento – licitações, contratos, empenhos, notas fiscais, folhas de pessoal etc. – fiquem à disposição da população durante 60 dias.**

Apesar de constar na Constituição Federal desde 1988, o procedimento de livre acesso às contas municipais aqui em Ilha Solteira não acontece. **Estão descumprindo a Constituição Federal.** Fiscalizar o uso do dinheiro público é da conta de todo mundo, de toda gente que quer ver nosso dinheiro sendo usado de forma responsável e honesta por aqueles que elegemos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi um avanço, mas ela ainda não esclarece para a população como o dinheiro público está sendo gasto, pois o que ela faz é estabelecer normas para que as finanças públicas não corram riscos a ponto de afetar o equilíbrio das contas municipais. Os balancetes não permitem que se detectem irregularidades, eles são uteis para avaliar as prioridades de gastos em relação aos indicadores sociais do município. A fiscalização deve ser feita em torno de processos de pagamento, licitações, notas fiscais, etc.

A disponibilização de informações sobre a gestão municipal do modo que é feita hoje, não significa transparência. A transparência exige o fornecimento de informações em linguagem compreensível a toda população e a concessão do acesso público aos documentos oficiais. **A Resistência das autoridades em prestar contas pode indicar sinais de irregularidades na administração pública. Porque não disponibilizar as contas para a população? Quem não deve não teme.**

O Executivo Municipal de Ilha Solteira, antes das eleições, assinou um compromisso de transparência e já estamos a um ano e meio de seu mandato e o compromisso ainda não foi cumprido. Lamentamos a existência de políticos que não cumprem o que prometem e lamentamos ainda mais que a população eleja esses políticos.

